

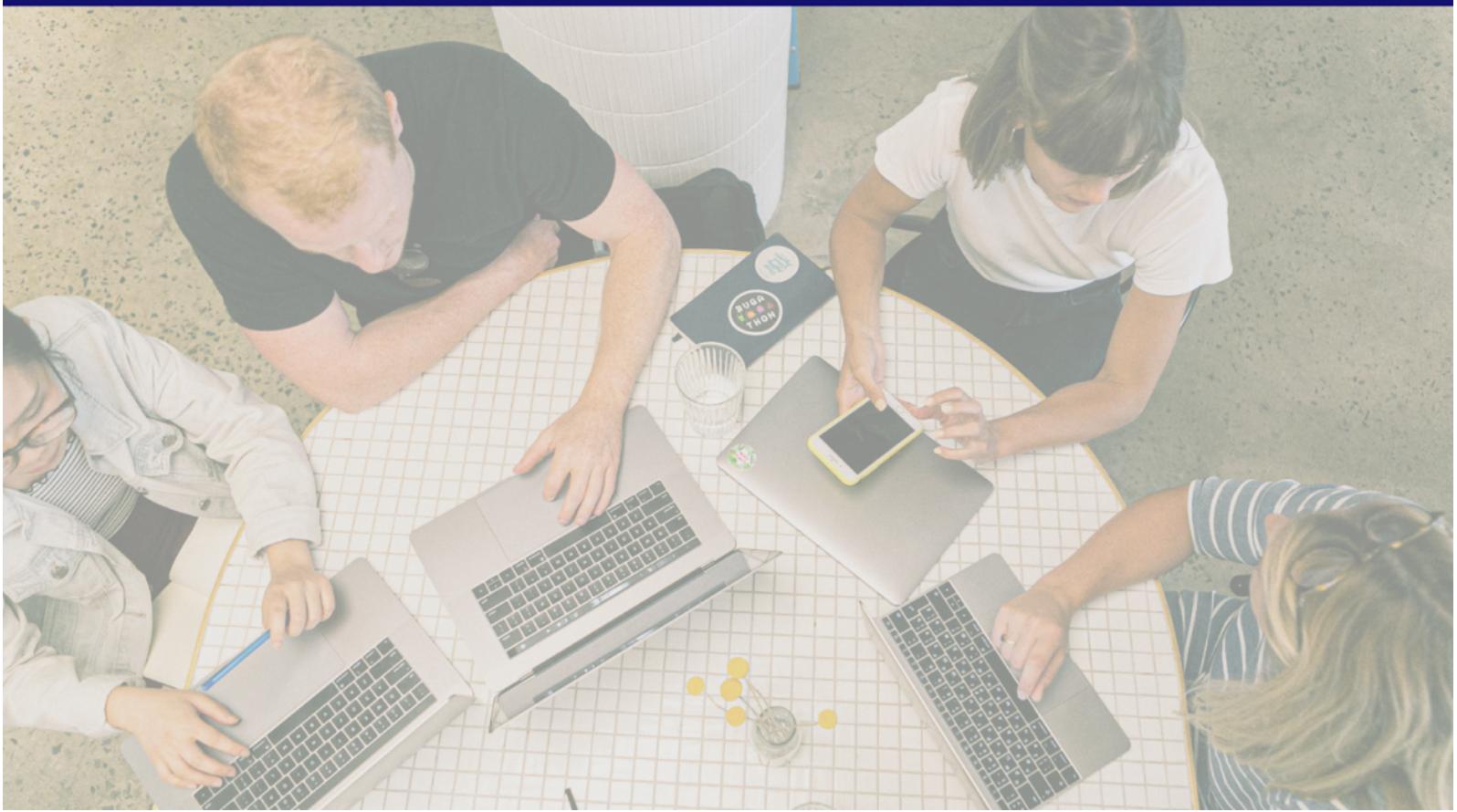


UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS



2023

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
LUIZ OSCAR WESTIN AGUIAR

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
LUIZ OSCAR WESTIN AGUIAR

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Contabilidade Pública – Prof. Paulo César Montanheiro

Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine

Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Profª. Mariângela M. Santos

Tópicos Especiais em Ciências Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Tópicos Especiais – Profª. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Carolyne Tesche Pereira, RA: 20001076

Henry Gabriel Bertassolli, RA: 20001174

Maíra de Cássia Paixão dos Santos, RA: 20001933

Nicole Boaventura Oliva, RA: 20001125

Ronaldo Fabiano Lopes, RA: 20001440

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
NOVEMBRO 2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3	PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL	6
3.1	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	6
3.1.1	CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	6
3.1.2	MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO	9
3.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	11
3.2.1	TIPOS DE RISCOS	11
3.2.2	MATRIZ DE RISCO	13
3.2.3	PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS	15
3.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE	19
3.3.1	DASHBOARD	19
3.3.2	ANALISANDO O DASHBOARD	20
3.4	CONTABILIDADE PÚBLICA	21
3.4.1	CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).	21
3.4.2	MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	24
3.4.3	REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA	27
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE	32
3.5.1	LIDERANDO NA ATUALIDADE	32
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	34
4	CONCLUSÃO	35
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

O setor do agronegócio é uma parte essencial da economia brasileira e global, desempenhando um papel importante na produção de alimentos, tecidos e biocombustíveis.

Porém, assim como as demais áreas da economia global, o agronegócio também está sujeito a enormes desafios e incertezas que podem impactar diretamente seu desempenho financeiro e estratégico.

Portanto, a compreensibilidade de riscos e oportunidades é indispensável para o sucesso e o crescimento das empresas envolvidas nas áreas do agronegócio, pois irá permitir uma análise detalhada e compreensibilidade dos mecanismos utilizados nesse cenário.

Analisando isto, o agronegócio é uma parte fundamental da economia global, desempenhando um papel essencial na produção de alimentos, fibras e biocombustíveis.

No entanto, como em qualquer setor econômico, o agronegócio também está sujeito a uma série de desafios e incertezas que podem impactar diretamente seu desempenho financeiro e estratégico. Nesse contexto, a compreensão profunda dos riscos e oportunidades é crucial para o sucesso e a sustentabilidade das empresas envolvidas nessa área.

O projeto de consultoria empresarial tem como objetivo contextualizar e delinear os principais conceitos dos riscos e oportunidades no agronegócio. Ele será desenvolvido com o propósito da análise minuciosa dos riscos e oportunidades enfrentados por empresa inserida no setor de negócio.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A organização Luiz Oscar Westin Aguiar é de natureza jurídica 412-0 - produtor rural (pessoa física), inscrita no CNPJ sob o nº 31.908.905/0001-98 e I.E. sob o nº 639.138.764.110. A empresa exerce sua função no setor da economia que envolve as atividades agrícolas e pecuaristas e está localizada na Fazenda Santa Rita das Areias, na zona rural da cidade de São João da Boa Vista, CEP: 13.870-970. Sua atividade, de acordo com o CNAE principal da empresa - 01.42-3-00, é voltada para para produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas.

Atualmente a empresa é constituída pela quantidade de 5 funcionários que trabalham no local, e possui cerca de 600.000 mudas, realizando as entregas aos seus clientes com um caminhão. A predominância de suas receitas é com mudas de café e eucalipto, faturando cerca de R\$480.000,00 bruto ao ano, recebidos diretamente na conta bancária da empresa via PIX, cartões de crédito ou débito. Sendo que suas principais despesas são com sementes, adubos e substratos (cascas de pinos com vermiculita).

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

3.1 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A contabilidade se apresenta hoje em dia como uma ferramenta essencial para uma boa gestão e administração de quaisquer tipos de empresa, pois está sempre envolvida na tomada de decisões.

Visando isto, na contabilidade do setor agrícola não seria diferente, podendo ela ser dividida em vários setores dessa especialização.

A importância da contabilidade no agronegócio e em suas atividades se dá pelo fato do estudo e compreensão do patrimônio rural, auxiliando nas informações necessárias para suas decisões finais, análise de custos e avaliação de resultados, podendo o empreendedor/ produtor rural estabelecer seus planos e montar estratégias que levem sua empresa rumo a um aumento de produtividade

3.1.1 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

A contabilidade rural visa ser aplicada às empresas rurais que definida pelo estatuto da terra pela Lei nº 4.504/64, art. 4º no inciso VI como o empreendimento de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas que explorem imóveis rurais.

Sendo possível destacar suas principais atividades exploradas a

- Agrícola que é utilizada para a exploração do solo para o plantio ou produção vegetal;
- Zootécnica que consiste na criação de animais para fins diversos, como consumo ou fins industriais;
- Agroindustrial que é o beneficiamento dos produtos agrícola como também as transformações zootécnicas e agrícolas

Na contabilidade rural existem diversas peculiaridades, uma delas é exclusivamente ligada à conexão a produtos vivos, se diferenciando devido ao que é chamado de crescimento biológico de sua produção que não é encontrado em nenhum outro tipo ativo.

Além deste fator único, existem questões que se demonstram voláteis em seus valores

Para se ter um tipo de oferta de valor neste setor é necessário que vários processos sejam ou não seguidos ou que possam ser revertidos conforme demanda de commodities agrícolas

As commodities são mercadorias primárias produzidas em larga escala que fornecem matéria-prima para diferentes setores da sociedade e que podem ser armazenados sem perda de qualidade.

Esses itens têm grande importância econômica e estratégica em razão da sua utilização por diversos agentes, sendo comercializadas no mercado internacional, logo, sofrem grande volatilidade de preços

Sendo pontos que podem afetar diretamente as commodities, o clima, tecnologia empregada ou área plantada.

Observando isso, declarado que a área rural necessita de um tipo especial de representação, o CPC 46 - IFRS 13 trata suas representações e transações na forma do valor justo.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago por transferência de um passivo em transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Possuindo vários critérios para se definir o valor justo em cada situação, a medida mais efetiva e utilizada em seus parâmetros é a cotação do mercado, tal cotação é influenciada diretamente pelo mercado seja ele interno ou externo pela lei de oferta e demanda, sendo assim, caso a procura por um ativo tenha uma grande demanda, seu valor conseqüentemente é elevado, assim como o contrário se sua oferta for muito grande seu valor tende a abaixar.

Visto as definições de valor justo, na contabilidade rural existe o CPC 29 - IAS 41, que define os ativos biológicos que tem como seu objetivo estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações relacionadas aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas.

Por ele é demonstrado que a definição dos seguintes itens deve ter-se tal entendimento:

- Ativos Biológicos é um animal ou uma planta (exceto plantas portadoras), vivos

- Produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade.

Através dele também é esclarecido que pelo regulamentos do CPC 27 que trata dos Ativos Imobilizados a planta portadora é uma planta viva que:

- é utilizada na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas;
- é cultivada para produzir frutos por mais de um período; e
- tem uma probabilidade remota de ser vendida como produto agrícola, exceto para eventual venda como sucata.

Ou seja, através dela se entende que é possível continuar suas operações por um período de tempo mais longo que um planta que terá apenas uma colheita

O Ativo Biológico que envolve a atividade agrícola pode ser definido como o acompanhamento da transformação biológica e da colheita destes ativos sendo destinados à venda, conversão em produtos agrícolas ou ativos biológicos adicionais pela entidade.

Neste processo ocorre a transformação biológica deste ativo, que compreende todo seu processo, como o crescimento, degeneração, produção e procriação onde ocorrem mudanças qualitativas e quantitativas.

A atividade agrícola contém três fatores que devem ser considerados em seu processo:

- Capacidade de Mudança: Aqueles que são capazes da transformação biológica
- Gerenciamento de Mudança: Aquele que se é possível controlar as condições para sua transformação; e
- Mensuração da Mudança: No processo de gerenciamento, essa etapa é aquela que se é feita a avaliação do ativo verificando sua transformação.

No Estoque, o ativo biológico que será o produto em desenvolvimento sendo considerado que será mantido para venda em seu curso normal, os que estiverem em processo de produção ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou prestação de serviços.

Já as Plantas Portadoras, serão classificadas no Imobilizado devido ao seu uso contínuo esperado na produção, fornecimento de mercadorias, serviços, aluguel ou fins administrativos.

Como citado anteriormente, a empresa abordada em questão se destaca na exploração das atividades agrícolas focadas na compra de sementes e germinação e acompanhamento de seu crescimento até o estado que elas formem mudas, que serão o início da formação para a cultura do café e eucalipto.

Grande parte da sua produção pode ser considerada de rápida movimentação em seus estoques, devido a germinação de curto processo evolutivo deste ativo.

Como sua produção é focada nas plantas primárias que darão origem à planta portadora que será responsável pelo crescimento e desenvolvimento dos frutos das plantas, a demanda por mudas desses tipos se mostra grande no mercado. Ambas são commodities agrícolas que podem se diferenciar em várias formas, a de café possuindo os tipos Coffea arabica e o Coffea canephora (café robusta) que é o utilizada pela empresa da pesquisa, e do eucalipto que é fortemente procurada por suas várias finalidades como a produção de

madeira, papel, óleos essenciais e demais aplicações industriais, além de, serem também essenciais na agroindústria de reflorestamento.

3.1.2 MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

Os mercados financeiros agropecuários são segmentos de atividade econômica que se concentram em produtos relacionados a agricultura e a pecuária. Neles são desempenhados papéis cruciais na facilitação do comércio nacional e internacional de commodities agrícolas, gestão de riscos para agricultores e empresas do setor agrícola e na formação de preços para produtos agrícolas.

No setor agrícola, os principais contratos a serem desenvolvidos são utilizados como forma de proteção futura, nesse setor o doravante é denominado HEDGER.

Uma de suas modalidades que pode trazer segurança para o ramo da agricultura é definido pelos mercados e contratos futuros e opções.

Fornecendo um ambiente para produtores, processadores, distribuidores e investidores gerenciarem os riscos associados à produção e comercialização de produtos agrícolas e pecuários.

Dentre os principais instrumentos utilizados nesses mercados, destacam-se os contratos a termo, contratos futuros e contratos de opção.

- **Contratos a Termo:** Os contratos a termo são acordos entre duas partes para comprar ou vender um ativo a um preço especificado em uma data futura. Eles são personalizados, o que significa que as partes envolvidas podem adaptar os termos do contrato de acordo com suas necessidades específicas. No contexto agrícola, os contratos a termo podem ser usados para fixar o preço de compra ou venda de produtos como café e eucalipto, permitindo às empresas planejar com mais certeza seus custos e receitas.

- **Contratos Futuros:** Os contratos futuros são semelhantes aos contratos a termo, mas são negociados em bolsas organizadas e padronizadas em termos de tamanho e data de vencimento. Eles são frequentemente usados para proteger os participantes do mercado contra flutuações de preços. Para uma empresa de venda de mudas de café e eucalipto, os contratos futuros podem ser usados para garantir um preço mínimo para suas futuras colheitas ou produção de mudas.

- **Contratos de Opção:** Os contratos de opção dão ao titular o direito, mas não a obrigação, de comprar (opção de compra) ou vender (opção de venda) um ativo a um preço predeterminado em ou até uma data específica. As opções podem ser usadas para proteger contra a volatilidade dos preços. Por exemplo, se uma empresa de mudas de café espera que

os preços do café possam cair antes da colheita, ela pode adquirir opções de venda para garantir um preço mínimo de venda.

Estes contratos são utilizados para o empreendedor fixar preços futuros para suas colheitas ou produtos pecuários, em que é possível definir um preço na data atual para uma negociação que só virá a acontecer futuramente, junto ao contrato de opção que é utilizado para garantir uma flexibilidade maior para o empreendedor, sendo possível se proteger contra movimentos muito adversos de preços, sem obrigação de cumprir o contrato fixado.

Os mercados e contratos futuros são definidos como derivativos, já que seu preço deriva do valor de outros ativos, ele faz parte da renda variável já que os valores neles utilizados como commodities, dólar e índices variam diariamente.

A aplicabilidade destes contratos em uma empresa podem ser de grande ajuda nos seguintes pontos,

- **Gestão de Riscos de Preço:** A empresa pode usar contratos futuros para proteger contra a volatilidade nos preços de café e eucalipto, garantindo um preço mínimo para sua produção.
- **Planejamento de Custos:** Contratos a termo podem ser utilizados para fixar o preço de compra de insumos necessários à produção de mudas, como sementes, fertilizantes e substratos.
- **Garantia de Receitas Futuras:** Através de contratos a termo ou contratos futuros, a empresa pode garantir um preço mínimo para as mudas que planeja vender no futuro, proporcionando maior previsibilidade de receitas.
- **Proteção contra Flutuações nos Preços de Mercado:** Opções de compra e venda podem ser utilizadas para se proteger contra cenários de alta volatilidade nos preços de café e eucalipto.
- **Expansão de Mercado:** Ao usar instrumentos financeiros para gerenciar riscos, a empresa pode se sentir mais confiante em explorar novos mercados ou expandir sua produção.

Em resumo, os mercados financeiros agropecuários e os instrumentos derivativos oferecem diversas oportunidades para empresas no setor de venda de mudas de café e eucalipto gerenciarem os riscos e otimizarem seus resultados financeiros, proporcionando maior estabilidade e previsibilidade em um ambiente sujeito a variáveis sazonais e flutuações nos preços de commodities.

Avaliando o conteúdo apresentado, pode-se considerar que os contratos de opções seriam o melhor para a empresa abordada.

Pois, avaliando que por este tipo de contrato é possível a empresa se proteger de futuras volatilidades do mercado. Como ela tendo a previsão de que, caso os preços das commodities de café e eucalipto tenham a tendência de aumentar ou diminuir seu valor de venda, garantir que grande parte de seu estoque já finalizado ou em produção possam ser vendidos a um preço minimamente estipulado.

Isso geraria uma segurança nos valores recebidos e futuro bem estar da empresa, controlando de forma significativa a sua gestão de riscos que cumpre em não comprometer o seu faturamento e tendo uma proteção contra flutuações nos preços de mercado

3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

Para uma análise dos investimentos e riscos de uma empresa do agronegócio, é necessário a utilização de alguns critérios minuciosos, sendo um deles, conhecer os detalhes da produção do produto. É fundamental fazer uma observação das potencialidades da propriedade, como análise do solo, recursos naturais disponíveis e até mesmo de bens materiais, como máquinas e equipamentos.

É necessário selecionar e analisar os possíveis riscos existentes dentro de uma atividade agrícola, sendo um deles o mais comum, o risco relacionado ao ambiente, como casos de secas, geadas e pestes. Porém, esses não são os únicos riscos que podem afetar as operações de uma empresa rural. Toda e qualquer empresa está sujeita a algum tipo de risco, seja ele financeiro, operacional, estratégico, sistêmico e não sistêmico.

“ O gerenciamento de risco se antecede aos riscos para minimizar ou cessá-los por meio de identificação dos mesmos, análise, planos de ação, monitoramento e controle. “
(SALLES JÚNIOR, 2010, P.4)

Após estas análises, é necessário o estabelecimento de metas a serem alcançadas, como o aumento da produção ou melhoramento das propriedades de plantio, considerando os possíveis riscos.

3.2.1 TIPOS DE RISCOS

Toda empresa está sujeita a riscos, o que a remete a chance de insucesso. Isso ocorre devido ao fato de que toda empresa está exposta a fatores internos e externos que nem sempre estão dentro do controle da administração. O risco gera incertezas, prejuízos financeiros, operacionais e danos, portanto é imprescindível a utilização de uma boa gestão de riscos.

Analisando o setor da atividade agrícola, destacamos a importância para 5 principais tipos de riscos:

O **risco sistêmico**, é demonstrado em pequenos e modestos pontos de rupturas que, quando combinados, geram grandes problemas. Ou seja, é um risco que afeta a economia de forma geral, desde grandes instituições que interligadas entre si, espalham com muita rapidez para as demais empresas. Dentro da agricultura, temos o exemplo da inflação, com o crescimento desequilibrado da fixação de preços.

O risco sistêmico pode ser definido, em linhas gerais, como a ocorrência de equilíbrios subótimos, i.e., socialmente ineficientes, que podem se transformar em armadilhas para os sistemas econômicos, porque não há um ajuste de mercado espontâneo, resultante do comportamento individual racional, que possa libertar o sistema da situação macroeconômica precária. (MICHEL AGLIETTA, 1998, P. 3)

O **risco não sistêmico**, é aquele que se refere especificamente ao mercado no qual a empresa está inserida. Ou seja, são fatos e situações que podem impactar somente o segmento de atuação da empresa. Analisando o setor agrícola, diferente dos outros setores, é uma atividade que depende fortemente de recursos naturais, e pode-se afirmar que o clima não se repete da mesma forma ou da maneira esperada, portanto, o solo fértil pode perder suas propriedades em alguns ciclos de produção e conseqüentemente gerar um prejuízo financeiro.

O **risco financeiro**, é a probabilidade de um investimento resultar em um retorno baixo do esperado. Ou seja, é um problema ou circunstância que coloca em perigo o desenvolvimento econômico de um negócio. Dentro das atividades de agricultura, há o exemplo do risco de mercado. Embora o setor agrícola tenha sua especialização em commodities com a utilização de tecnologias com retornos esperados mais altos, existe uma grande variação de preços de instrumentos e insumos utilizados, gerando uma incerteza e exposição ao risco dos produtores.

O **risco operacional**, é toda e qualquer ameaça que possa alterar ou afetar o padrão de qualidade estabelecido pela organização, como as falhas internas. É o risco de perdas causadas por processos, políticas, sistemas ou eventos falhos que interrompem as operações ou causam danos ao negócio. Analisando o cenário agrícola, tais incertezas podem ser exemplificadas por perdas no processo produtivo, decorrentes de falhas no plantio e colheita ou problemas mecânicos nas máquinas e equipamentos.

O risco operacional é o risco de que as operações sejam ineficientes e ineficazes para executar o modelo de negócios da empresa, satisfazer seus clientes e atender os objetivos da empresa em termos de qualidade, custo e desempenho temporal. (DELOACH, 2001, P.226)

O **risco estratégico**, é uma ameaça ou incerteza que pode afetar a capacidade de uma organização atingir seus objetivos estratégicos. Ou seja, é uma ameaça potencial que a

empresa pode enfrentar e que pode afetar sua capacidade de executar sua estratégia. Na agricultura, é estratégico a redução da dependência externa de fertilizantes e diminuição do impacto dos insumos no custo de produção agrícola com participação intensa do setor privado.

Analisando todo tipo de risco que uma organização pode estar envolvida, é necessário que toda empresa esteja pronta para enfrentá-los, sendo essencial um planejamento interno com o objetivo de reduzir a ocorrência de um risco, ter um controle e monitoramento dos mesmos, implementar um plano de resposta ao problema e melhorar a eficiência do gerenciamento empresarial. Lembrando que para seguir este planejamento, é necessário uma análise do mercado e atual cenário em que a empresa está inserida.

3.2.2 MATRIZ DE RISCO

Matriz de risco trata-se de uma ferramenta utilizada para identificar e determinar o nível de um risco em termos de probabilidade e impacto e possibilitar as ações de impedimento ou controle. São utilizados dois critérios na matriz de risco para a identificação de um ou mais problemas e determinar o grau de ameaça que cada um apresenta.

A matriz de risco é analisada em escala crescente com base em dois eixos: **eixo da probabilidade**, onde será analisado quais são as chances de algo não sair conforme o planejado e o **eixo do impacto**, caso aconteça, irá analisar qual será a consequência e a intensidade do ocorrido.

Tabela 1: Matriz de risco

Impacto	Alto	Média	Alta	Alta
	Médio	Baixa	Média	Alta
	Baixo	Baixa	Baixa	Média
		Baixo	Médio	Alto
		Probabilidade		

(Fonte: Blog.Esfera)

Cada risco avaliado da empresa deve ser posicionado na matriz, onde irá ser determinado o nível de risco potencial, se ele será mínimo ou extremo. Deve ser considerando que se o risco for de **baixa probabilidade e impacto** costumam ser retidos, o que é referenciado pela cor verde. De **probabilidade e impacto médio** podem ser amenizados, ação representada pela cor amarela. De **alta probabilidade e impacto** precisam ser evitados, o que é apontado pela cor vermelha.

Esta matriz é útil para que as empresas tenham mais concisão e visibilidade sobre os riscos e ameaças, além de ser uma excelente ferramenta para análises sobre tomada de decisão.

Ou seja, tem a função de auxiliar na estruturação dos riscos e ajudar a compreender suas prioridades, porém vale ressaltar a importância de realizar o mapeamento destes riscos analisando os investimentos da empresa, o que se faz necessário a análise dos investimentos permanentes.

Analisando a empresa Luiz Oscar Westin Aguiar, pode-se concluir que as principais despesas são com insumos agrícolas e mão de obra para a plantação de café e eucalipto, gastos com a utilização de defensivos e fertilizantes aplicados à colheita e gastos com o veículo utilizado para entrega do produto ao cliente. É utilizado um plano estratégico para se caso houver a existência de possíveis falhas dentro da operação, dando importância para os investimentos em maquinários agrícolas modernos e pesquisas para melhorias do solo e produção.

Analisando o cenário da empresa, realizamos a seguinte matriz de risco:

Tabela 2: Projeção matriz de risco

		PROBABILIDADE		
		1	2	3
IMPACTO	1	BAIXO Perda de certificação dos produtos	BAIXO Excesso de custo de construção	MÉDIA Perda da propriedade do solo
	2	BAIXO Falha de planejamento para plantio	MÉDIA Atraso em carga de trabalho futuro	ALTO Novos regimes de impostos
	3	MÉDIA Problemas de qualidade de produção	ALTO Intervenção governamental no mercado	ALTO Dificuldades com a integração de sistemas

(Fonte: Autoral)

Analisando esta matriz, pode-se concluir que a organização possui uma grande influência do risco não sistêmico, uma vez que pode haver perdas da propriedade do solo e certificação dos produtos devido a impactos ambientais. Influência do risco de mercado (risco financeiro), uma vez que considerado as intervenções governamentais no mercado agrícola e novos regimes de tributação adotados pelo governo. Deve-se considerar também o risco operacional, uma vez que são possíveis existentes falhas de planejamento para plantio, gerando problemas com a qualidade de produção. E por fim, interferência do risco estratégico, considerando as dificuldades com a integração entre os sistemas e atraso em carga de trabalho futuros, o que gera dificuldades na capacidade da empresa alcançar suas estratégias.

3.2.3 PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS

Para uma análise dos investimentos e riscos de uma empresa, é necessário entender qual o plano estratégico de uma empresa, considerando os seus investimentos permanentes e os recursos necessários para a sua atividade. Para isso consideramos alguns métodos de avaliação de investimento, sendo um deles o cálculo do valor presente líquido, o valor do seu payback e a taxa interna de retorno.

Para o cálculo do valor presente devemos considerar a seguinte fórmula:

$$VP = \frac{VF}{(1 + i)^n}$$

Considerando um valor investido de R\$80.000,00 em um fluxo de 4 anos, espera-se um retorno de R\$36.000,00 ao ano a uma taxa de juros Selic de 12,75%. Trazendo estes valores ao valor presente líquido, podemos considerar o seguinte resultado abaixo:

Taxa de juros: 12,75%

Tabela 3: Projeção valor presente líquido projeto A

Projeto A		
Ano 1	36.000,00	R\$ 31.929,05
Ano 2	36.000,00	R\$ 28.318,44
Ano 3	36.000,00	R\$ 25.116,14
Ano 4	36.000,00	R\$ 22.275,95
Total	144.000,00	R\$ 107.639,58

(Fonte: Autoral)

VPL = 107.639,58.

Considerando um investimento de R\$100.000,00 em um fluxo de 4 anos, espera-se um retorno de R\$44.000,00 ao ano a uma taxa de juros Selic de 12,75%. Trazendo estes valores ao valor presente líquido, podemos considerar o seguinte resultado abaixo:

Tabela 4: Projeção valor presente líquido projeto B

Projeto B		
Ano 1	44.000,00	R\$ 39.024,39
Ano 2	44.000,00	R\$ 34.611,43
Ano 3	44.000,00	R\$ 30.697,50
Ano 4	44.000,00	R\$ 27.226,17
Total	176.000,00	R\$ 131.559,49

(Fonte: Autoral)

VPL: 131.559,49.

É de extrema importância saber o tempo de retorno de um investimento. Para isso, utilizamos o indicador financeiro Payback que representa o tempo que se leva para recuperar o valor investido em um determinado projeto, através do seguinte cálculo:

$$\text{Payback} = \frac{\text{Investimento inicial}}{\text{Ganho no período}}$$

Considerando o projeto A, onde foi investido o valor de R\$80.000,00 inicial, espera-se que o retorno deste valor seja a partir de 2 anos e 22 meses.

Tabela 5: Projeção payback projeto A

Projeto A		
Investimento	Valor esperado	Payback
80.000,00	36.000,00	2,22

(Fonte: Autoral)

Considerando o projeto B, o valor de investimento foi de R\$100.000,00 inicial, o que espera-se que o retorno deste valor seja a partir de 2 anos e 27 meses.

Tabela 6: Projeção payback projeto B

Projeto B		
Investimento	Valor esperado	Payback
100.000,00	44.000,00	2,27

(Fonte: Autoral)

Além do Payback simples, temos o Payback descontado que considera no cálculo uma taxa de desconto que faz a correção de valores do período, já que o valor do dinheiro muda em função do tempo. Porém, é necessário adicionar alguns elementos extras ao cálculo do payback, que é a consideração da taxa mínima de atratividade e do valor presente líquido.

$$\text{Payback descontado} = \frac{\text{Investimento Inicial}}{\text{VPL}}$$

Analisando o payback descontado do projeto A, onde o valor do investimento foi de R\$80.000,00, deve-se considerar que o fluxo do VPL tornou-se positivo e rentável a partir do terceiro ano e trouxe os seguintes resultados para cada ano:

Tabela 7: Projeção payback descontado projeto A

Projeto A			
Investimento: 80.000,00	VPL	Fluxo VPL	Payback
Ano 1	R\$ 31.929,05	-48.070,95	2,51
Ano 2	R\$ 28.318,44	-19.752,51	2,83
Ano 3	R\$ 25.116,14	5.363,63	3,19
Ano 4	R\$ 22.275,95	27.639,58	3,59

(Fonte: Autoral)

Analisando o payback descontado do projeto B, onde o valor do investimento foi de R\$100.000,00, deve-se considerar que o fluxo do VPL tornou-se positivo e rentável a partir do terceiro ano e trouxe os seguintes resultados para cada ano:

Tabela 8: Projeção payback descontado projeto B

Projeto B			
Investimento: 100.000,00	VPL	Fluxo VPL	Payback
Ano 1	R\$ 39.024,39	-60.975,61	2,56
Ano 2	R\$ 34.611,43	-26.364,18	2,89
Ano 3	R\$ 30.697,50	4.333,32	3,26
Ano 4	R\$ 27.226,17	31.559,49	3,67

(Fonte Autoral)

A taxa interna de rentabilidade analisa a viabilidade dos projetos a partir da estimativa inicial e de retorno. Possibilitando a análise de que se pode ser considerado ou não investir em determinado projeto ou ativo. Para o cálculo da TIR, devemos considerar a seguinte fórmula:

$$0 = \sum_{n=1}^{n=N} \frac{Fc_t}{(1 + Tir)^n}$$

Considerando a taxa mínima de atratividade de 12,75% e o fluxo de caixa dos 4 anos consecutivo, deve-se considerar uma TIR de 13,96% conforme os valores abaixo:

Tabela 9: Projeção taxa interna de rentabilidade Projeto A

Juros = 12,75%	VPL
Ano 0	R\$ -80.000,00
Ano 1	R\$ 31.929,05
Ano 2	R\$ 28.318,44
Ano 3	R\$ 25.116,14
Ano 4	R\$ 22.275,95

TIR = 13,96%

(Fonte: Autoral)

Considerando a taxa mínima de atratividade de 12,75% e o fluxo de caixa dos 4 anos consecutivo, deve-se considerar uma TIR de 12,80% conforme os valores abaixo:

Tabela 10: Projeção taxa interna de rentabilidade Projeto B

Juros = 12,75%	VPL
Ano 0	R\$ -100.000,00
Ano 1	R\$ 39.024,39
Ano 2	R\$ 34.611,43
Ano 3	R\$ 30.697,50
Ano 4	R\$ 27.226,17

TIR = 12,80%

(Fonte: Autoral)

Analisando a empresa, conclui-se que a mesma tem grande influência em investimentos a longo prazo, devido grande parte de seus custos serem de alto valor, como a compra de maquinários agrícolas. Compondo o restante do valor de suas despesas e custos, a compra de insumos e mão de obra com funcionários.

Analisando os indicadores, pode-se concluir que o projeto A é mais viável. Uma vez que o tempo de espera para começar a obter um retorno do investimento é menor e sua taxa interna de retorno é maior em relação ao projeto B. O investimento do projeto A é mais rentável devido ao fato de que o valor investido no presente é menor, o que garante a segurança com a disponibilidade em dinheiro para compra de insumos e pagamento de mão de obra, ademais seu retorno financeiro será maior e mais rápido, gerando um fluxo eficaz

para a compra de máquinas e equipamentos de alto valor, como por exemplo, a compra de um veículo para entrega de mercadorias ao cliente ou maquinários de irrigação.

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

Um dashboard conhecido também como painel controle ou de informações é uma interface gráfica que apresenta informações de forma visual e resumida, geralmente em forma de gráficos, números e tabelas que auxiliam na monitoração e análise de dados, tais informações ajudam na tomada de decisão. Os dashboards são comuns em diversos segmentos, incluindo negócio, tecnologia, finanças, marketing, ciência de dados, entre outros.

Os dashboards ligam todos os tipos de métricas, origens de dados, APIs e serviços para ajudar as empresas a extrair informações relevantes dessas origens e apresentá-las de maneiras fáceis de utilizar. Tal como o painel de instrumentos de um carro, os dashboards organizam e apresentam rapidamente informações importantes para que compreenda os dados mais valiosos da sua empresa e descubra respostas para perguntas cruciais. (Microsoft, 2023)

Pode-se criar vários tipos de dashboard, os mais comuns são:

- **Tático:** Voltado mais para a gestão (controlados exclusivamente pela posição de gerência), as informações mostradas são para facilitar a tomada de decisão para alcançar os objetivos a médio prazo.
- **Operacional:** Utilizado para mostrar métricas que precisam ser acompanhadas para fazer otimizações.
- **Financeiro:** São aqueles que incluem informações importantes do setor financeiro possibilitando avaliar a saúde financeira da organização.
- **Estratégico:** É utilizado pela diretoria para auxiliar na tomada de decisões e na definição de metas de longo prazo. Ademais, as informações contidas nele devem estar acessíveis a todos os membros da equipe, promovendo assim o envolvimento de todo o time. O dashboard compreende dados financeiros, o progresso em relação às metas estabelecidas, o desempenho das diversas áreas e o panorama geral da empresa.

3.3.1 DASHBOARD

O dashboard reúne informações relevantes que é possível analisar os dados fornecidos com facilidade e precisão e desta forma sendo capaz de detectar riscos antecipadamente.

Passo 1: Para desenvolver o dashboard para este trabalho em relação à agricultura e pecuária da organização Luiz Oscar Westin Aguiar, primeiro foi necessário identificar o propósito e quais questões seriam importantes abordar. O objetivo principal foi mostrar

resultados no que se refere, principalmente, aos riscos que a empresa tem e qual das perspectivas se tornaria a mais favorável para investimento.

Passo 2: Em seguida foi coletado elementos fundamentais e elaborada uma planilha de dados com todas as informações indispensáveis para análise completa.

Passo 3: Definimos as métricas mais relevantes para os objetivos do dashboard, desta forma, mantendo na tabela dinâmica apenas o que queríamos realmente mostrar para os interessados. Neste projeto o objetivo principal era fazer uma comparação entre duas propostas, A e B, considerando o VPL (Valor Presente Líquido) que mostra qual investimento é mais atrativo por meio de cálculos, o Payback Descontado para avaliar o tempo de retorno, os riscos e a viabilidade do investimento e a TIR (Taxa Interna de Retorno) para prever quanto pode render o investimento no projeto.

Passo 4: Escolhemos a segmentação, gráficos e imagens para compor o principal(dashboard com os resultados finais), montamos uma estrutura lógica para ficar mais fácil o entendimento e título para orientar sobre o que se trata. Por fim verificamos a funcionalidade e a precisão dos dados.

3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD

Imagem 1: Dashboard - Análise de Projetos de Investimentos



(Fontes: Autores)

Analisando o dashboard criado dos investimentos que a empresa pode realizar, conclui-se que a mesma tem grande influência em investimentos a longo prazo, devido grande parte de seus custos serem de alto valor, como a compra de maquinários agrícolas. Composto o restante do valor de suas despesas e custos, a compra de insumos e mão de obra com funcionários.

Analisando os indicadores, pode-se concluir que o projeto A é mais viável. Uma vez que o tempo de espera para começar a obter um retorno do investimento é menor e sua taxa interna de retorno é maior em relação ao projeto B. O investimento do projeto A é mais rentável devido ao fato de que o valor investido no presente é menor, o que garante a segurança com a disponibilidade em dinheiro para compra de insumos e pagamento de mão de obra, ademais seu retorno financeiro será maior e mais rápido, gerando um fluxo eficaz para a compra de máquinas e equipamentos de alto valor, como por exemplo, a compra de um veículo para entrega de mercadorias ao cliente ou maquinários de irrigação.

3.4 CONTABILIDADE PÚBLICA

3.4.1 CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, através de metodologia especialmente concebida para tal, que se utiliza de contas escrituradas segundo normas específicas que constituem o Sistema Contábil Público. (KOHAMA, 2016, p. 25.)

O artigo 37 da Constituição Federal determina que todos os níveis da administração pública devem seguir os princípios citados na mesma. Tais princípios se fazem fundamentais para certificar se a administração pública está sendo conduzida de maneira eficiente, transparente e procurando agir de acordo com os interesses públicos. Sendo cabíveis aos três poderes (Jurídico, Executivo e Legislativo), são eles:

- **Legalidade:** Segundo Valadares e Lemos (2021, p. 527/528) a atuação da administração pública deve proceder de acordo com as leis. Em outras palavras, conduta do poder público a ser seguida têm que estar de acordo com as normas legais
- **Impessoalidade:** Valadares e Lemos (2021, p. 528) dizem que é o ato de agir de acordo com o interesse público e coletivo, sem conceder qualquer tipo de prática que gere vantagens pessoais.
- **Moralidade:** de acordo com Valadares e Lemos (2021, p. 528) as ações da administração pública devem ser baseadas na ética, moralidade, costumes e nas regras de boa administração.
- **Publicidade:** Valadares e Lemos (2021, p. 528) afirmam a obrigatoriedade de tornar público as ações realizadas pela administração pública. Ao realizar a divulgação de

dados, os mesmos devem estar apresentados de maneira clara, facilitando ao cidadão fiscalizar seus atos.

- Eficiência: Valadares e Lemos (2021, p. 528/529) é utilizar de maneira íntegra os recursos públicos, procurando resultados positivos e visando ganhos funcionais.

A lei nº 4.320/64, presente na legislação brasileira, determina as normas gerais a serem seguidas ao exercer a tarefa de administração pública.

No art. 9 está presente a definição das receitas públicas, citando de onde devem ser providas para onde devem ser destinadas e utilizadas. Podendo assim dizer que uma das maneiras de prover receitas públicas é arrecadar através do pagamento de tributos da população, e tal valor é encaminhado para suprir a necessidade social, como educação, saúde e bem-estar.

No Art. 11º, está a classificação das receitas em categorias econômicas, que de acordo com a lei, são elas:

- Receitas Corrente: de acordo com o parágrafo 1 presente no Art. 11 da Lei 4.320, receitas correntes aquelas que são provenientes dos tributos, taxas, contribuições, agropecuárias, indústria, patrimonial, serviços, e outros recibos vindos de direitos públicos ou privados. Tais arrecadações devem saldar as despesas correntes. Em outras palavras, são receitas adquiridas através da população que contribui através dos tributos municipais, estaduais e federais.

- Receitas de Capital: segundo o parágrafo 2 do Art. 11 da Lei 4.320, são receitas de recursos financeiros aquelas provenientes da realização de recursos financeiros originário criação de dívidas, conservação de bens e direitos, recursos recebidos em direito público ou privado. São destinados a pagar as despesas classificadas como Despesa de Capital.

O Capítulo III presente na lei nº 4.320/64 se refere às despesas da governança pública. No art. 12 classificam as despesas públicas em dois grupos e subgrupos:

- Despesas Correntes: De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2021, p. 82) são as que não estão relacionadas, ou interligadas, com as aquisições de capital. De acordo com a lei nº 4.320/64, as contas que pertencem a essa categoria de despesas são: Despesas de Custeio e Transferências Correntes.

- O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2021, p. 82) diz que são os valores direcionados à aquisição ou formação de bens de capital. A lei nº 4.320/64 divide esse grupo em três categorias, sendo: Investimentos, Investimentos Financeiros e Transferência de Capital.

No art. 13 está estabelecido o esquema das categorias econômicas das despesas públicas citadas no artigo anterior, art. 12, ficando a classificação da seguinte forma:

Despesas Correntes:

- Despesas de Custeio - Pessoal Civil; Pessoal Militar; Material de Consumo; Serviços de Terceiros; Encargos Diversos.
- Transferências Correntes: Subvenções Sociais; Subvenções Econômicas; Inativos; Pensionistas; Salário Família e Abono Familiar; Juros da Dívida Pública; Contribuições de Previdência Social; Diversas Transferências Correntes.

Despesa de Capital:

- Investimentos: Obras Públicas; Serviços em Regime de Programação Especial; Equipamentos e Instalações; Material Permanente; Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas.
- Inversões Financeiras: Aquisição de Imóveis; Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras; Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento; Constituição de Fundos Rotativos; Concessão de Empréstimos; Diversas Inversões Financeiras.
- Transferências de Capital: Amortização da Dívida Pública; Auxílios para Obras Públicas; Auxílios para Equipamentos e Instalações; Auxílios para Inversões Financeiras; Outras Contribuições.

A seção I, do Capítulo III da Lei Complementar nº 101 de 4 maio 2020 (Lei de Responsabilidade Fiscal), refere-se às previsões de arrecadação, dizendo que:

Está determinado, no art. 11, que a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação são requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.

O Artigo 12 estabelece que as previsões de receita devem observar as normas técnicas e legais, levando em consideração os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante. Essas previsões devem estar juntas de um demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, uma projeção para os dois anos seguintes e a divulgação da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

No Artigo 13 afirma que, dentro do prazo estabelecido no artigo 8º, as receitas previstas serão desdobradas pelo Poder Executivo em metas bimestrais de arrecadação. Nestas metas devem estar presente a especificação, quando aplicável, das medidas de combate à evasão e à sonegação, a quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da

dívida ativa, e como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

No Capítulo IV, refere-se a geração das despesas, e de acordo com a lei: No artigo 15 da lei de Responsabilidade Fiscal está estabelecido que a geração de despesas ou a assunção de obrigações que não cumpram o disposto nos artigos 16 e 17 serão consideradas não autorizadas, irregulares e prejudiciais ao bem público.

No artigo 16, diz que a criação, expansão ou melhoria de uma ação governamental que conduza a um aumento nas despesas deve ser acompanhado dos seguintes elementos: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro: É preciso realizar a estimativa do impacto que a despesa terá no ano da sua entrada em vigor e nos dois anos subsequentes. Declaração do autor da despesa: devem declarar que o aumento se encontra adequado com o orçamento e financeiro com a lei anual, e em compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No art. 17, está referindo-se às despesas obrigatórias de natureza contínua decorrente das leis, medidas temporárias ou direito administrativo normativo que preveem a obrigação legal das empresas de incorrer em despesas por um período superior a dois exercícios financeiros. Neste caso, os atos que gerem ou aumentem estas despesas é obrigatório que estejam acompanhados da estimativa prevista no artigo anterior, buscando comprovar a origem dos recursos para a sua cobertura. Além disso, deve ser esclarecido que as novas despesas não interferem nos objetivos de desempenho fiscal estimados.

3.4.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

- **Plano Plurianual (PPA)**

Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 165, inciso I “ A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

- **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, inciso 2 e 6 “A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”

“O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.”

Para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o governo estabelece alguns limites de acordo com a Constituição Federal:

Metas Fiscais: A LDO deve estabelecer metas fiscais anuais, indicando a receita total e despesa total do governo, bem como as metas de resultado primário. Essas metas visam garantir o equilíbrio das contas públicas.

Prioridades e Metas da Administração Pública: A LDO deve definir as prioridades e metas do governo para o próximo exercício financeiro, incluindo programas de duração continuada, projetos prioritários e ações estratégicas.

Limites de Gastos: A LDO pode estabelecer limites para despesas discricionárias, como investimentos e custeio, a fim de assegurar a sustentabilidade fiscal. Além disso, ela pode definir limites para o aumento da despesa corrente em relação ao exercício anterior.

Endividamento Público: A LDO deve conter limites e condições para a contratação de novas dívidas e para a concessão de garantias pelo governo, garantindo o controle do endividamento público.

Transferências a Estados e Municípios: A LDO pode estabelecer critérios e limites para as transferências de recursos a estados e municípios, garantindo a observância do pacto federativo.

Despesas com Pessoal: A LDO deve estabelecer limites para as despesas com pessoal, de acordo com o que determina a Constituição Federal, que estipula que as despesas com pessoal não podem ultrapassar um percentagem da Receita Corrente Líquida (RCL) do ente federativo.

Disposições sobre Renúncia de Receitas: A LDO pode conter regras e limites para a concessão de incentivos fiscais e renúncia de receitas, visando ao controle dessas políticas.

Reserva de Contingência: A LDO pode prever a criação de uma reserva de contingência, que é uma quantia a ser utilizada em situações emergenciais e imprevisíveis ao longo do exercício fiscal.

- **Lei Orçamentária Anual**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 165, inciso 5 a lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

O artigo 165 da Constituição Federal trata das diretrizes orçamentárias e estabelece os seguintes pontos relevantes:

Elaboração Orçamentária: Estabelece que a lei orçamentária anual (LOA) será elaborada com base nas diretrizes fixadas em lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Poder Executivo: Compete ao Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias, que devem ser enviadas ao Poder Legislativo

Orçamento Plurianual: Define que o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual compõem o sistema de planejamento e de orçamento.

Exceções: Exceções à elaboração do orçamento pela iniciativa do Poder Executivo podem ocorrer em casos de estado de defesa ou estado de sítio.

Prazos: Estabelece prazos para a tramitação e aprovação do projeto de lei orçamentária anual, garantindo que o orçamento seja aprovado antes do início do exercício financeiro.

O PPA, a LDO e a LOA são instrumentos essenciais de gestão orçamentária e financeira utilizada pelo governo para o planejamento, execução e controle das finanças públicas, são fundamentais tanto para a Constituição Federal (CF) quanto para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Pontos comuns: Hierarquia Legal e Ciclo Orçamentário, tanto a CF quanto a LRF estabelecem a obrigatoriedade da elaboração e observância do PPA, LDO e LOA e ambos os conjuntos de normas seguem o ciclo orçamentário que também incluem o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

Pontos divergentes: Na LRF os prazos são bem definidos para a elaboração e aprovação desses instrumentos (PPA, LDO e LOA), contém vedação estrita em relação a realização de despesas não autorizadas na LOA o que torna a execução do orçamento mais rigorosa e também estabelece mecanismos de responsabilização para gestores que descumpram as metas fiscais e a legislação orçamentária.

Já a Constituição Federal estabelece os princípios gerais para o PPA, a LDO e a LOA,mas delega a regulamentação de detalhes à legislação ordinária.

3.4.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2021, p. 463) plano de conta é a estrutura fundamental da escrituração contábil, consistindo em uma lista padronizada de contas contábeis. Ele permite o registro sistemático e padronizado dos atos e eventos realizados pela entidade, além de possibilitar a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informação dos usuários.

O objetivo do PCASP, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2021, p. 463/464) é padronizar a forma dos registros contábeis do setor público; Identificar os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle; contribuir para a transparência da gestão pública; adequar as tomadas de decisões e a racionalização de custos; fornecer suporte tanto para a administração direta quanto para a administração indireta das três esferas de governo, levando em consideração as características específicas das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS); consolidação nacional das contas públicas.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público conceitua o plano de contas como:

Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários (Secretaria do Tesouro Nacional - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2021).

De acordo com o MCASP (2021, p. 484) as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, baseado no que está previsto na NBC TSP 11, são :

- **Balanco Orçamentário:** Na NBC TSP 13 está previsto a comparação entre os valores orçados e os que foram realizados durante o exercício do orçamento.
- **Balanco Financeiro:** O MCASP (2022, p. 505) conceitua como a demonstração que evidencia as receitas e despesas que foram orçadas, assim como as entradas e saídas de extraorçamentários, conjugado com o resultado de caixa do exercício anterior e os transferidos para início do ano subsequente.

- **Balço Patrimonial:** O MCASP (2022, p. 511) conceitua como a demonstração contábil que tem como objetivo evidenciar qualitativa e quantitativamente, qual os resultados patrimoniais da entidade pública..

- **Demonstração das Variações Patrimoniais:** O MCASP (2021, p. 524) conceitua como a demonstração contábil que constitui a apuração do Resultado Patrimonial do Exercício, que leva em consideração apenas as variações que ocorrem no patrimônio público.

- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** O MCASP (2021, p. 529) relata que deve ser construída no método direto e é onde estão apresentados os valores de entradas e saídas de caixa, e são classificadas em: fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** Segundo o MCASP (2021, p. 539) a DMPL demonstra a evolução do patrimônio líquido durante o período, podendo demonstrar aumento ou diminuição.

- **Notas explicativas:** O MCASP (2021, p. 543) explica que as notas explicativas são as informações extras divulgadas nos quadros das DCASP e tem como finalidade facilitar a compreensão das demonstrações contábeis aos seus usuários.

- **Informação comparativa:** Presente na NBC 11, é obrigatoriedade das entidades públicas divulgar as informações de períodos passados para ser possível realizar a comparação entre os resultados dos montantes.

O plano de contas do setor público e privado apresenta algumas diferenças, entre elas: no setor privado, o plano de contas apresentado pode ser simples, sendo composto com menor número de contas e subcontas, dessa forma podendo ter uma estrutura mais flexível. Como percebido acima, no setor público, o PCASP conta uma estrutura de maior complexidade. O motivo dessa diferença é pelo fato do setor público cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e outras normas, trazendo maior confiabilidade e transparência para as informações.

As demonstrações contábeis no setor público e privado têm algumas semelhanças, mas também apresentam diferenças significativas devido às naturezas distintas de suas operações e objetivos. Vamos comparar as demonstrações contábeis em ambos os setores:

- No setor público, o balanço patrimonial é chamado de "Balanço Geral". Ele reflete os ativos, passivos e patrimônio líquido do governo já no setor privado reflete o balanço patrimonial de uma empresa.(DICIONÁRIO DIREITO,)

- No setor público os ativos incluem bens públicos, como estradas, edifícios governamentais e terrenos. Os ativos no setor privado incluem recursos como dinheiro, contas a receber, estoques e investimentos.

- No setor público, a DRE é conhecida como "Demonstração das Variações Patrimoniais" (DVP) e não busca o lucro, mas sim registra as variações no patrimônio líquido público, como receitas, despesas e transferências entre entidades governamentais. Já no setor privado a DRE foca o lucro, mostrando as receitas, despesas e PL.

Outro ponto é o que cada plano de conta busca evidenciar. No privado, as contas são utilizadas para chegar ao valor do lucro, ou prejuízo da empresa. No setor público, essas contas evidenciam as variações patrimoniais, auxiliando a contabilidade pública a controlar os recursos arrecadados pelo governo e seus patrimônios.

De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (MTO) “O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período.”

De acordo com FONSECA e LOURENÇO (p. 9, 2022), o orçamento público é:

Nos dias de hoje, podemos reconhecer o orçamento público como um instrumento que apresenta múltiplas funções. A mais clássica delas, a função controle político, teve início nos primórdios dos Estados Nacionais. Além da clássica função de controle político, o orçamento apresenta outras funções mais contemporâneas, do ponto de vista administrativo, gerencial, contábil e financeiro. No Brasil, a função incorporada mais recentemente foi a função de planejamento, que está ligada à técnica de orçamento por programas. De acordo com essa ideia, o orçamento deve espelhar as políticas públicas, propiciando sua análise pela finalidade dos gastos. (FONSECA, Giovana Silva; LOURENÇO, Maria Eduarda; “Orçamento empresarial como ferramenta de gestão público x privado”. 2022, p.9)

Já o orçamento voltado para a administração empresarial privada, FONSECA e LOURENÇO (p. 10, 2022) afirmam que:

A missão de reduzir gastos, independentemente do tamanho do negócio, faz com que a elaboração do orçamento empresarial seja indispensável. Os gestores passam a ter mais controle sobre tudo o que envolve o caixa. Assim, otimizar recursos e controlar despesas tornam-se tarefas menos complexas, reduzindo o risco de falhas e potencializando a eficiência da gestão financeira. O orçamento ainda ajuda o departamento financeiro a definir novos caminhos e a tomar decisões mais assertivas, embasadas em dados reais, sobre o que fazer com o dinheiro da companhia. Ao contrário do orçamento em uma empresa pública que não visa lucros. (FONSECA, Giovana Silva; LOURENÇO, Maria Eduarda; “Orçamento empresarial como ferramenta de gestão público x privado”. 2022, p.10)

Diante das definições de Orçamento Público e Privado de FONSECA e LOURENÇO (2022), a principal diferença entre os orçamentos são seus objetivos. Enquanto no primeiro a finalidade é de planejar e criar planos de como serão administrados os tributos arrecadados e como irão suprir as necessidades da sociedade, o segundo tipo de orçamento é construído visando os lucros que a sociedade poderá ter ao realizar o controle de suas finanças.

Antes de realizar a análise de despesas e receitas públicas é importante saber como funciona o procedimento do processo.

De acordo com a lei Lei nº 4.320/1964 a execução das despesas orçamentárias é composta por três etapas, sendo elas:

Empenho: O art. 58 presente na lei nº 4.320/1964, diz que é a ação proveniente de autoridade competente que gera ao Estado obrigações de pagamento inconcluso ou não de implemento de condição. O artigo seguinte, art. 59, deixa claro que os empenhos das despesas não podem ultrapassar os créditos concedidos.

Liquidação: O art. 63 da lei nº 4.320/1964 estabelece que essa etapa é a verificação do direito adquirido pelo credor tendo como verificação títulos e documentos que comprovem o valor de crédito.

Pagamento: Presente no art. 64 da lei nº 4.320/1964 é o momento em que uma autoridade competente da ordem de pagamento da despesa o processo da arrecadação de Receita, de acordo com a lei nº 4.320/1964 é dividido nas seguintes etapas:

Previsão: Segundo o MCASP implica em planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que estarão presentes na proposta orçamentária. Essa atividade deve ser realizada de acordo com as normas técnicas e legais pertinentes, especialmente as disposições estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O art. 51, da lei nº 4.320/1964, prevê que os tributos não devem ser exigidos ou adicionados sem que esteja de acordo com a lei.

Lançamento: O art. 52 (nº 4.320/1964) considera objetos de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas que tenham prazo definido por lei, regulamento ou contrato. No art. 53 fica estabelecido que o lançamento da receita é realizado pela repartição competente, verificando qual a origem do crédito fiscal, identificando o responsável a pagar e registrando o valor correto.

Arrecadação: Momento no qual o valor da receita é pago, previsto no art. 56 da lei nº 4.320/1964, os comprovantes de recibos devem conter valor a pagar, identificação da pessoa a pagar, proveniência e classificação, e data de pagamento ao agente arrecadador.

Recolhimento: O art. 56 da lei nº 4.320/1964 diz que é o processo no qual as receitas devem ser encaminhadas à tesouraria, proibindo qualquer desvio para a criação de caixas especiais.

Ao realizar a análise das despesas agrícolas do município de São João da Boa Vista, informações disponíveis e reiteradas do site TCE -SP, entre os meses de maio (05) e junho (06), chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 11: Despesas Agrícolas - São João da Boa Vista, 2023

	Maio	Junho	Total	
Empenhadas	R\$ 1.508,76	R\$ 112.988,50	R\$ 114.497,26	29%
Valor Liquidado	R\$ 46.767,67	R\$ 146.698,74	R\$ 193.466,41	50%
Valor Pago	R\$ 41.439,31	R\$ 41.356,03	R\$ 82.795,34	21%
Total	R\$ 89.715,74	R\$ 301.043,27	R\$ 390.759,01	100%

Fonte: (Autores, 2023)

As despesas empenhadas sofreram um crescimento de R\$111.479,74 de um mês para outro. No mês de maio, essas despesas tiveram a cotação de R\$1.508,76 e em junho foi para R\$112.198,50. Os valores liquidados também subiram, de 46.767,67 para R\$146.698,74, tendo uma variação de R\$99.931,07. As despesas pagas diminuíram em R\$83,28, sendo que no primeiro mês analisados foram pagos R\$41.439,31 e no segundo decaiu para R\$41.356,03.

Com essas informações foi possível perceber que o valor de despesas de Maio para Junho cresceu R\$211.327,53, tendo aumento nas despesas empenhadas e valores liquidados, e um declínio nos valores pagos.

O total de despesas nos meses analisados foi de: R\$390.759,01, sendo 29% desse valor direcionada a despesas empenhadas, ou seja, R\$114.497,26 do valor total são previsões que a prefeitura tem de realizar serviços na área agrícola. Metade do valor total, R\$193.466,41 (50%), foram de valores liquidados, em outras palavras, as despesas que foram realizadas e comprovadas através da nota fiscal. Os outros R\$82.795,34 foram destinados ao pagamento de serviços que foram realizados.

Depois de classificar as despesas correntes e de capital do município de São João da Boa Vista no setor agrícola nos meses de maio e junho, podemos tirar algumas conclusões sobre as operações financeiras.

1- Despesas de Capital:

- Os gastos de capital incluem apenas a reforma e aquisição da cabine primária de entrada de energia do Recinto de exposições da cidade.
- Essa despesa de capital foi um investimento estratégico que permitiu garantir a qualidade e segurança.
- Esse investimento gerou antecipação de economia a longo prazo.

2- Despesa Corrente:

- As despesas correntes giram em torno de:
Aquisição de material elétrico em processo de pagamento, despesa com telefonia, despesa com serviço de água e esgoto, prestação de serviços de fornecimento de links de internet, serviço de monitoramento eletrônico de vigilância
Materiais de uso e consumo como: pincel multiuso, ventilador de parede, refletor, broxa de pintura, itens de proteção contra incêndios, rolo de lã, entre outros.
- As despesas correntes são custos necessários para manter as operações diárias do município.
- Nota-se um aumento sazonal no mês de junho em relação a contratação de serviços.

Tabela 12: Receitas Agrícolas - São João da Boa Vista, 2023

	Maio	Junho	Total	
ITR	R\$ 171,78	R\$ 509,46	R\$ 681,24	100%

Fonte: (Autores, 2023)

Em relação às receitas do município de São João da Boa Vista, referentes aos meses de maio e junho, foram arrecadados apenas um total de R\$681,24. Os quatro lançamentos de receitas agrícolas, dois em cada mês analisado, foram sobre o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural). No mês de maio o valor arrecadado foi de R\$171,78, aproximadamente 25% do valor total. No mês de junho esse número cresceu para R\$509,96, sendo responsável por quase 75% do valor da arrecadação dessa área.

Referente às receitas no setor agrícola analisamos que há apenas a receita corrente (não contendo receitas de capital), que nos meses de maio e junho foram destinados a cota (parte do imposto sobre a propriedade territorial rural)

- Esta arrecadação gera uma parcela significativa da arrecadação do ITR e é destinada ao município.
- Os valores arrecadados com o ITR contribuem para a receita corrente da cidade.

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE

3.5.1 LIDERANDO NA ATUALIDADE

Primeiramente, precisamos chegar ao melhor conceito para definirmos liderança. A definição é ampla, porém podemos chegar a conclusão que é a capacidade de cativar determinado grupo na busca do objetivo que possuem em comum. A liderança abrange o

relacionamento de um para um e de um para muitos, para se ter um relacionamento saudável é necessário se ter confiança, que é o elemento central que um líder deve cultivar e estimular em seus liderados.

Atualmente, conseguimos visualizar que os líderes estão em todo ambiente, no trabalho, na faculdade e nas comunidades que estamos inseridos. Ser um líder não é somente quando alguém te coloca a frente de uma equipe ou de um novo projeto, pois existe a liderança formal e a liderança informal. Abaixo veremos quatro tópicos deste tema:

- **Tópico 1: A arte de influenciar pessoas**

A influência é conquistada principalmente através da confiança que as pessoas lideradas possuem em seus líderes, pois temos ciência que a própria influência é a arte de lidar com as emoções e/ou sentimentos de outras pessoas. Diante disso, todo verdadeiro líder precisa ter responsabilidade, ética e respeito ao próximo junto aos seus liderados.

- **Tópico 2: Líder de mim mesmo**

Liderar a si mesmo é um dos maiores desafios para a formação de um verdadeiro líder, pois para liderar outras pessoas é necessário primeiramente saber liderar a si mesmo, vir de dentro para fora, para assim liderar suas qualidades, seus defeitos e circunstâncias do dia-a-dia. Para isso, o verdadeiro líder necessita primeiramente amar a si mesmo, tomar decisões sem depender de terceiros, olhar para si e através da reflexão, visualizar o que precisa ser trabalhado para liderar seus próprios atos.

- **Tópico 3: Líder de outras pessoas**

Como dito anteriormente, a verdadeira essência de liderar está na confiança. Não há a opção de se formar um verdadeiro líder, se essa característica não constar em sua formação. Segundo a liderança do mundo VUCA, o conhecimento técnico é requisito, enquanto que o conjunto de comportamentos é o diferencial.

- **Tópico 4: Conheça seu estilo**

A arte de liderar não possui somente um modelo ideal de liderança, há a liderança situacional e a diretiva. O líder situacional é aquele que precisa se adaptar com mais facilidade em determinadas situações, já o líder diretivo é aquele que define o que, quem e como será feita determinada tarefa. Trazendo um caso real, vivenciado em meu dia-a-dia, fui desafiado a liderar determinado grupo de jovens da instituição religiosa que congrego, na situação em questão desempenhei o papel de líder situacional, pois me adaptei com facilidade e agilidade ao contexto dito anteriormente.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Para a elaboração deste conteúdo, optamos por fazer um vídeo informando de forma contínua os tópicos abordados nesta parte do projeto.

Utilizamos das informações obtidas e, após análise das mesmas, diversificamos o modo de apresentação dos tópicos do conteúdo liderando na atualidade, para uma forma mais descontraída e enviamos o vídeo na plataforma Youtube.

Ele segue disponível no link: <https://youtu.be/arREK13i51c>

4 CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos demonstrar a importância da contabilidade no agronegócio. Analisando algumas particularidades do ramo do agronegócio e quais os benefícios para o empreendedor rural com as informações obtidas. Sendo a maior dificuldade conseguir identificar a escolha de uma empresa que melhor se encaixaria nesses parâmetros de análise e coleta de dados mais relevantes para os objetivos do projeto.

A empresa escolhida trabalha somente com a compra da semente, germinação e acompanhamento destas sementes de café e eucalipto até que se transformem em mudas, dando início ao cultivo das plantas. A empresa é focada em plantas primárias que darão origem à planta portadora, gerando uma produção de rápida movimentação no estoque. Analisando o cenário de contratos financeiros, foi feita a definição de que seriam alcançados os melhores resultados, utilizando o contrato de opções, tornando-se possível a empresa se proteger de futuras volatilidades de mercado, com a previsão de que caso haja alterações no valor de venda, seu estoque possa ser vendido a um preço minimamente estipulado.

Realizamos a análise de investimentos e riscos de mercado onde a empresa está inserida, demonstrando os principais tipos de riscos que uma empresa que exerce a atividade agrícola está exposta e destacamos a importância da organização em ter um planejamento, controle e monitoramento interno. Criamos uma matriz de risco que irá auxiliar na análise da probabilidade e do impacto de um risco e realizamos alguns métodos de avaliação de investimento.

Com base nestas análises de avaliações de investimentos e riscos, criamos um Dashboard que servirá como uma ferramenta visual que irá auxiliar na apresentação e análise de dados, facilitando a tomada de decisões em diversos setores, incluindo agricultura e pecuária. Esta ferramenta traz a qualidade da coleta e integração de dados, gerando a apresentação de informações de forma clara e acessível, auxiliando na concretização dos objetivos organizacionais.

Analisando a contabilidade aplicada à uma organização do setor público, demonstramos como funciona esse setor e qual a importância dele, sendo os seus pontos principais, garantir uma gestão eficiente e transparente das entidades pertencentes ao setor público, seguindo normas e legislações criados propriamente para esse setor, para uma melhor segurança de dados. Após a análise dos valores apurados de receitas e despesas do setor público arrecadado/desnudado para o setor do agronegócio no município de São João Da Boa Vista, foi perceptível que estão em busca de realizar melhorias nas áreas rurais da cidade, melhorando as infroentrutas oferecidas a essas áreas. No entanto em relação aos valores

recebidos por serviços agropecuários estão baixo, contanto apenas com alguns valores de arrecadação de ITR.

REFERÊNCIAS

- 5 tipos de risco financeiro: saiba como evitá-los!. Omie, 2022. Disponível em: <https://blog.omie.com.br/5-tipos-de-risco-financeiro-saiba-como-evita-los/> Acesso em 01 de outubro, 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1988/const/const.htm). Acesso em 23 de outubro, 2023.
- BRASIL. Lei N° 4.504/64, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o estatuto da terra Brasília, DF: Presidente da República, [1964]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em 07 setembro, 2023.
- BRASIL. Lei N° 4.320/64 , de 17 de março de 1964. Dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm >. Acesso em 14 de setembro, 2023.
- BRASIL. Lei N° Lei 101/64, de 04 de maio de 2000. Dispõe normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 15 de setembro, 2023.
- CARNEIRO, Mateus. Tudo o que você precisa saber sobre Dashboards Financeiros: tipos, vantagens e dicas para implementação. Wink, 2023. Disponível em: [Dashboard Financeiro: Controle e Monitoramento Financeiro Empresarial \(wink.com.br\)](https://wink.com.br/dashboard-financeiro-controle-e-monitoramento-financeiro-empresarial/). Acesso em 29 set. 2023
- CAROLINE, Gisele. O que é risco operacional? Saiba como gerenciá-lo de forma eficaz. WeHandle, 2022. Disponível em: <https://wehandle.com.br/risco-operacional/>. Acesso em 01 de outubro de 2023.
- Colheita: o sucesso de todo produtor está relacionado a ela, Terra Magna, 2022. Disponível em: <https://terramagna.com.br/blog/colheita/>. Acesso em 09 setembro, 2023.
- Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC 29 (2009). Disponível em: https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/regulados/normascontabeis/cpc/CPC_29_rev_14.pdf. Acesso em 26 setembro, 2023.
- Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC 46 (2012). Disponível em: https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/regulados/normascontabeis/cpc/CPC_46_rev_14.pdf. Acesso em 26 setembro, 2023.
- Commodities: o que são, exemplos, tipos. Mundo Educação, 2022. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/commodities.htm>. Acesso em 26 setembro, 2023.
- CORRAR, Luiz J. - Avaliação e gerenciamento do risco operacional no Brasil: análise de caso de uma instituição financeira de grande porte. Scielo, 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rcf/a/FGgHThDLgdnCR7sCNGx6H4g/#:~:text=226\)%2C%20o%20ri](https://www.scielo.br/j/rcf/a/FGgHThDLgdnCR7sCNGx6H4g/#:~:text=226)%2C%20o%20ri)

[sco%20operacional%20%C3%A9,%2C%20custo%20e%20desempenho%20temporal.%22](#)
Acesso em 02 de outubro, 2023.

EUGENIO PEREIRA DO AMARAL JR. A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL. 2017. Pag. 08. Trabalho A importância da contabilidade rural - Ciências Contábeis - Centro Universitário do Cerrado Patrocínio - UNICERP, Patrocínio-MG, 2017. Disponível em:

<https://www.unicerp.edu.br/ensino/cursos/contabeis/monografias/20172/AIMPORTANCIADACONTABILIDADERURAL.pdf>. Acesso em 07 setembro, 2023.

FONSECA, Giovana Silva; LOURENÇO, Maria Eduarda; “Orçamento empresarial como ferramenta de gestão público x privado” - 2022. Disponível em:

<https://portal.unisepe.com.br/asmec/wp-content/uploads/sites/10006/2023/05/OR%C3%87AMENTO-EMPRESARIAL-COMO-FERRAMENTA-DE-GEST%C3%83O.pdf>. Acesso em: 04 de outubro, 2023.

Gerenciamento de Risco na Agricultura Brasileira: Instrumentos, Políticas Públicas e Perspectivas. Climate Policy Initiative, 2020. Disponível em:

<https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/gerenciamento-de-risco-na-agricultura-brasileira-instrumentos-politicas-publicas-e-perspectivas/#:~:text=Temas&text=Produtores%20rurais%20est%C3%A3o%20expostos%20a,pre%C3%A7o%20%E2%80%94%20s%C3%A3o%20frequentes%20na%20agricultura>. Acesso em 01 de outubro, 2023.

KOHAMA, Heílio. “Contabilidade Pública - Teoria e Prática, 15ª edição” . Grupo GEN,2016. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597006391/>. Acesso em: 22 out. 2023.

LEIDIAN MOURA DA SILVA. BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR. 2017. Pag. 03-04. Trabalho Benefícios da Contabilidade Rural para a Agricultura Familiar: um estudo sobre famílias na cidade Capitão Poço - Para - Ciências Contábeis. Universidade Federal Rural da Amazonia - UFRA, Uberlândia - MG, 2017. Disponível em:

https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/9373_-_beneficios_da_contabilidade_rural_para_a_agricultura_familiar_-_um_estudo_sobre_familias_na_cidade_de_capitao_poco_-_para.pdf. Acesso em 07 setembro, 2023.

Manual Técnico do Orçamento - MTO. SIOP, 2019. Disponível em:

<https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2019:cap3> Acesso em 24 de outubro, 2023.

MARCONDES, José Sérgio. Risco Estratégico: O que é, Tipos, Fontes dos Riscos, Exemplos e Tratamento. Blog Gestão de Segurança Privada, 2023. Disponível em:

<https://gestaodesegurancaprivada.com.br/risco-estrategico-o-que-e-tipos-fontes-exemplos/>. Acesso em 02 de outubro, 2023.

Matriz de risco: saiba como aproveitar a ferramenta no PGR. Qualityteam, 2023. Disponível em: <https://qualityteam.com/pb/blog/matriz-de-risco-pgr/> Acesso em 01 de outubro, 2023.

NBC. “NBC T 16.11- Apresentação das Demonstrações Contábeis”, de 31 de outubro de 2018 Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>. Acesso em: 25 de outubro, 2023.

NBC. “NBC T 16.13- Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis”, de 31 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP13.pdf> Acesso em: 25 de outubro, 2023

O que é Balanço Patrimonial? Divisões, Ativo e Passivo. Dicionário Direito, 2020. Disponível em: [O que é Balanço Patrimonial? Divisões, Ativo e Passivo - Dicionário Direito \(dicionariodireito.com.br\)](https://dicionariodireito.com.br). Acesso em 24 de outubro, 2023.

O Que é Dashboard: Tipos, funcionalidades e como fazer um. NeilPatel, 2023. Disponível em: [O Que é Dashboard: Tipos, funcionalidades e como fazer um \(neilpatel.com\)](https://neilpatel.com). Acesso em 29 set. 2023

O que é Risco Estratégico e Como se Preparar para Evitar Riscos Estratégicos?. CuboUP, 2021. Disponível em: <https://cuboup.com/conteudo/o-que-e-risco-estrategico/> Acesso em 02 de outubro, 2023.

O que é Risco Operacional? Conheça os principais tipos. Negócio Seguro AIG, 2022. Disponível em: <https://www.negocioseguroaig.com.br/profissionais-liberais/de-olho/risco-operacional/> Acesso em 01 de outubro, 2023.

O que é um Dashboard de Dados. Microsoft, 2023. Disponível em: [O que é um Dashboard de Dados | Microsoft Power BI](https://powerbi.microsoft.com/pt-br/articles/what-is-a-dashboard/). Acesso em 10 nov. 2023.

PIRES, Raphael. O que é dashboard e quais informações ele deve conter?. RockContent, 2019. Disponível em: [Dashboard: o que é, exemplos práticos e principais tipos \(rockcontent.com\)](https://rockcontent.com). Acesso em 20 de outubro, 2023.

Risco de negócio: o que é, os dez principais e como reconhecê-los. Blog reclame aqui, 2023. Disponível em: <https://blog.reclameaqui.com.br/risco-de-negocio-o-que-e-principais-como-reconhecer/> Acesso em 01 de outubro, 2023.

Risco sistemático e não sistemático: entenda as diferenças. Ativa Investimentos, 2020. Disponível em: <https://blog.ativainvestimentos.com.br/risco-sistematico-e-nao-sistematico/>. Acesso em 01 de outubro, 2023

Risco sistemático e risco não sistemático: diferenças e como se proteger deles?. XP Educação, 2022. Disponível em: <https://blog.xpeducacao.com.br/risco-sistematico-e-risco-nao-sistematico-diferencas-e-como-se-proteger-deles/#:~:text=Ou%20seja%2C%20s%C3%A3o%20fatos%20e,%C3%A9%20conhecido%20como%20risco%20diversific%C3%A1vel>. Acesso em 01 de outubro, 2023.

Risco Sistemático ou Não-Diversificável e Risco Não-Sistemático Diversificável: Entenda as Diferenças. Top Invest, 2022. Disponível em: <https://www.topinvest.com.br/risco-sistematico-e-nao-sistematico/#:~:text=Qual%20a%20diferen%C3%A7a%20entre%20risco,%C3%A9%20poss%C3%ADvel%20fazer%20alguma%20prote%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 01 de outubro, 2023.

Riscos na Agricultura. Embrapa, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/riscos-na-agricultura> Acesso em 02 de outubro, 2023.

Secretaria do Tesouro Nacional . “Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição”, 2021. Disponível em:
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em: 22 de outubro de 2023.

SILVA, Haroldo José Torres. Agronegócio – Gestão de riscos dá o caminho do sucesso. Campo & Negócio, 2019. Disponível em:
<https://revistacampoenegocios.com.br/agronegocio-gestao-de-riscos-da-o-caminho-do-sucesso/#:~:text=Os%20Riscos%20Operacionais%20s%C3%A3o%20aqueles,mec%C3%A2nicos%20em%20maquin%C3%A1rios%2C%20entre%20outros>. Acesso em 01 de outubro, 2023.

TCE.SP; “Portal de transparência Municipal”. Disponível em:
<https://www.tce.sp.gov.br/portais-transparencia> . Acesso em 06 de outubro, 2023.

VALADARES, Eduardo Bernardo Monteiro; LEMOS, Marcelo Jacomo. “Contabilidade e orçamento governamental. 2. ed.” Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 22 out. 2023.